



REFORMA DA PREVIDÊNCIA



Um debate que apenas começou

A reforma da Previdência proposta pelo governo se tornou um dos temas mais relevantes do país. As visões entre os que são contra e os que são a favor das mudanças sob análise do Congresso estão recheadas de polêmicas e posições extremistas. Não por acaso, o **Correio**, em parceria com o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), reuniu, em 25 de abril, alguns dos maiores especialistas sobre o tema, parlamentares e representantes do governo e de trabalhadores para uma ampla discussão técnica. O objetivo foi contribuir para o debate. Como ressaltou o presidente do **Correio**, Álvaro Teixeira da Costa, o sistema previdenciário está passando por ajustes em todo o mundo, diante do aumento da expectativa de vida da população. “O Brasil não ficará fora desse processo”, afirmou. Para o presidente do Sindifisco Nacional, Cláudio Damasceno, a reforma deveria começar pela punição aos sonegadores. “Em todo país sério, punir criminalmente o sonegador representa uma das formas mais eficazes para desencorajar a sonegação, irmã siamesa da corrupção”, disse. Nas próximas páginas, um retrato das discussões.

Proposta mais “palatável”

Ministro do Planejamento diz que mudanças no texto atenderam a anseios populares e aumentaram a chance de aprovação no Congresso

Os brasileiros estão vivendo mais. O número de pessoas atendidas pela Previdência Social quase dobrou em 20 anos, e o rendimento dos beneficiários aumentou. Para o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, apesar dessas boas notícias, a combinação delas pode quebrar o cofre da Seguridade Social. Daí o empenho do governo para aprovar, ainda em 2017, a reforma do sistema previdenciário. A expectativa da equipe econômica é poupar R\$ 604 bilhões nos próximos 10 anos.

Segundo o ministro, o governo tem ouvido todos os pleitos da sociedade. Não por acaso, conforme acrescentou, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que estabelece a reforma da Previdência, se tornou mais “palatável” após as alterações feitas pelo relator, deputado Arthur Maia (PPS-BA). Dyogo Oliveira disse confiar na aprovação do texto pelo Congresso Nacional, apesar da pressão contrária por parte de sindicatos, entidades de classe, associações e de algumas possíveis deserções na base aliada.

Sobre possíveis perdas de direitos, o ministro garantiu que a maioria dos segurados estará protegida. “A proposta do governo tem regra de transição de 20 anos e preserva o benefício dos que ganham um salário mínimo, que representam 64% do total”, frisou.

De acordo com Oliveira, o princípio básico da reforma é o da “justiça previdenciária”, uma vez que as regras para políticos e para os setores privado e público serão as mesmas. A proposta garante, porém, alguns tratamentos especiais, como no caso do trabalhador rural, que tem uma condição diferenciada



De acordo com Oliveira, a garantia da sustentabilidade da Previdência melhora as contas públicas e ajuda a economia

R\$ 604 bilhões

Estimativa de economia para os cofres públicos, nos próximos 10 anos, com a reforma

de atividade. “A reforma é gradual, e só podemos fazer dessa forma porque estamos fazendo agora. Se esperarmos três ou quatro anos, não teremos essa opção”, afirmou.

Gastos em alta

Oliveira destacou que os gastos da União com os sistemas de Previdência dos setores público e privado, incluindo os Benefícios de Prestação Continuada (BPC), não param de crescer e chegam a quase R\$ 700 bilhões, o equivalente a 55% das despesas do governo federal para este ano. Pelos cálculos do Planejamento, mesmo com a proposta atual de reforma, o comprometimento das receitas chegará a 76% em 2026. Com isso, não sobrá dinheiro para educação, saúde e investimentos. “A Previdência está levando mais da metade do orçamento

federal. Precisamos dedicar mais recursos para o futuro do país e menos para o passado”, pregou.

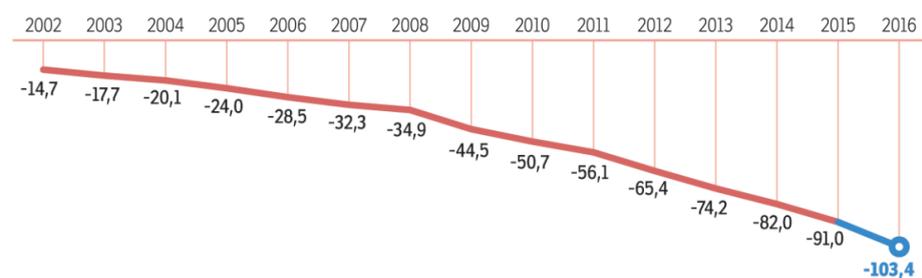
Somando as aposentadorias rural e urbana, o déficit da Previdência atingiu R\$ 150 bilhões em 2016 e deve passar de R\$ 180 bilhões em 2017. Depois de sete anos de superávits sucessivos, a Previdência urbana fechou 2016 com déficit de R\$ 46,8 bilhões devido ao desemprego recorde no país — 14,2 milhões de pessoas estão sem trabalho. No setor rural, a diferença entre o dinheiro que entra e o que sai também é negativa e muito desproporcional: R\$ 105 bilhões, resultado de uma arrecadação de R\$ 8 bilhões, e despesa de benefícios de R\$ 113 bilhões.

O ministro enxerga um cenário otimista para o Brasil com a aprovação do texto. Na avaliação dele, as reformas de longo prazo são indispensáveis para a retomada do crescimento econômico a curto prazo. “A garantia da sustentabilidade da Previdência melhora as contas públicas, o que tem impacto imediato na economia. A melhora das expectativas fiscais possibilita a queda das taxas de juros de longo prazo. E a queda dos juros permitirá mais investimentos”, explicou. “A aprovação da reforma da Previdência possibilitará geração de emprego e elevação da renda, melhorando as condições socioeconômicas da nossa população.”

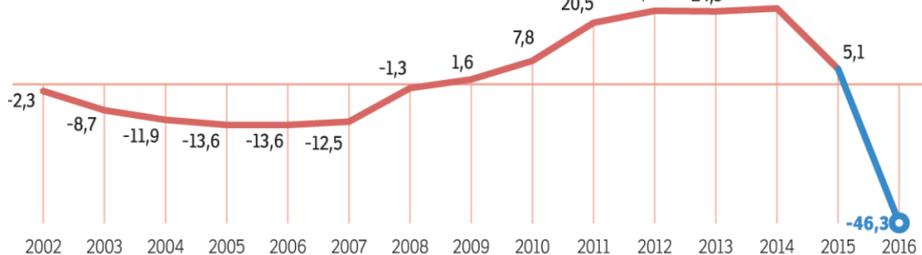
Rombo bilionário

Previdência arrecada menos do que precisa para pagar beneficiários

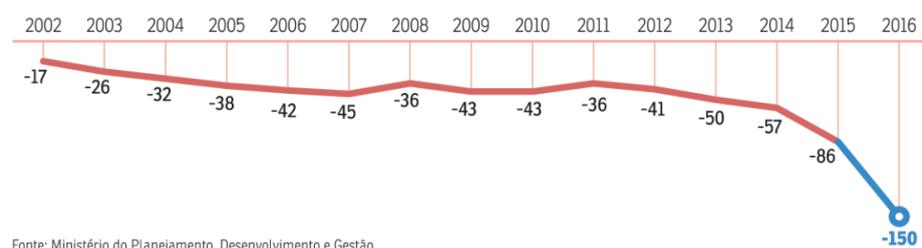
Previdência Rural (em R\$ bilhões)



Previdência Urbana (em R\$ bilhões)



Previdência Total (em R\$ bilhões)



Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

“Só interessa aos bancos”

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) fez duras críticas à reforma da Previdência durante seminário sobre o tema no Correio. Com a experiência de sete mandatos na Câmara, o parlamentar carrega a bandeira de aposentados e pensionistas. Assim, não teve dúvida ao afirmar que “a proposta do governo é financeirista e só interessa aos bancos. Querem acabar com a previdência pública para alavancar a (previdência) privada”, disparou.

Apesar das mudanças no texto que beneficiam os mais pobres, segundo os defensores, Faria de Sá, um dos membros titulares da comissão especial que debate o parecer do relator Arthur Maia (PPS-BA), afirmou que o governo terá dificuldades para aprovar a reforma. De acordo com o deputado, o déficit está mascarado e os dados de expectativa de vida são “mentirosos”. Segundo Faria

de Sá, os números diferem entre as regiões do país.

Outra crítica contundente do parlamentar diz respeito à omissão dos gastos da União com os juros da dívida pública. “Para isso tem dinheiro”, bradou o deputado. Segundo ele, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) retirou da seguridade social R\$ 120 bilhões, em 2016. A artilharia do parlamentar do PTB não poupou nem os colegas do Congresso: “Que moral as pessoas que estão envolvidas com escândalos (como as investigações da Lava-Jato) têm para votar a reforma? Estão lá brigando (pela reforma) para pagar a fatura das emendas (parlamentares) liberadas”, apontou, evitando responder

sobre a própria aposentadoria, que será feita pelas regras antigas.

Aliás, os principais argumentos de Arnaldo Faria de Sá são voltados para as denúncias de corrupção e condenações vindas do mensalão e da Lava-Jato. Segundo o deputado, a culpa do rombo na Previdência não pode recair sobre os servidores e trabalhadores em geral. “A culpa é dos roubos na Petrobras, na Eletrobras, no BNDES. Esses são os problemas que atingem a economia brasileira.” E continuou: “O ministro do Planejamento (Dyogo Oliveira) disse que alguns países e estados estão com problemas com a Previdência, e citou o Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro não tem problema nenhum com a Previdência. Lá, o problema é de roubo, de ladroagem. O (Sérgio) Cabral (ex-governador do estado) e a quadrilha dele acabaram com o Rio”, acusou.



Faria de Sá: “Querem acabar com a previdência pública para alavancar a (previdência) privada”

“A Previdência está levando mais da metade do orçamento federal. Precisamos dedicar mais recursos para o futuro do país e menos para o passado”

Dyogo Oliveira, ministro do Planejamento

É preciso punir os sonegadores

Presidente do Sindifisco Nacional afirma que sem uma legislação para enquadrar criminalmente os devedores as mudanças terão caráter somente paliativo

A falta de previsão legal para punir os sonegadores é um dos principais problemas da Previdência Social. Na avaliação do presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional), Cláudio Damasceno, se esse problema não for atacado de forma efetiva, a reforma previdenciária, em discussão no Congresso Nacional, estará “enxugando gelo”.

“Nós, auditores fiscais, estamos convictos de que, sem discutirmos profundamente as deficiências do sistema, essa reforma não passará de mero paliativo para a Seguridade Social”, afirmou.

Pela legislação vigente, os devedores da Previdência têm o direito ao parcelamento ou ao pagamento de seus débitos. Os que se recusam a quitar as contribuições, mesmo diante de tais facilidades, não são processados criminalmente ou presos. A Lei nº 9.249, de 1995, estabelece que crimes tributários deixam de ser punidos caso os impostos sejam negociados. “Em todo país sério, punir criminalmente o sonegador representa uma das formas de coerção mais eficazes para evitar e desencorajar a sonegação, irmã siamesa da corrupção”, disse. As dívidas não pagas à Previdência



“Em todo país sério, punir criminalmente o sonegador representa uma das formas de coerção mais eficazes para desencorajar a sonegação, irmã siamesa da corrupção”

Cláudio Damasceno, presidente do Sindifisco Nacional

Descrença no deficit

As críticas do presidente do Sindifisco Nacional, Cláudio Damasceno, à reforma da Previdência são contundentes. Para ele, as mudanças propostas pelo Executivo são inconstitucionais, e o deficit previdenciário tão alardeado pelo governo, “uma falácia”.

O dirigente acredita que para equilibrar as contas públicas é preciso encarar outros problemas, como a despesa com juros da dívida da União. “Se não debatermos esses problemas, outras reformas virão e, a exemplo da atual, a maior prejudicada será a sociedade”, disse.

Ele defende que o debate da Previdência seja transparente. É preciso levar em consideração a necessidade de apresentação de propostas que assegurem a melhoria da gestão do sistema previdenciário, inclusive, resguardando-o de ingerências de “governos de plantão”. “O peso de uma reforma previdenciária tem que ser sobre todos, sem privilégios, mas respeitando os direitos e as garantias previstos para quem já está no mercado de trabalho”, ponderou.

somam cerca de R\$ 430 bilhões.

Damasceno vai além. Para ele, os ségidos programas de refinanciamento de débitos em condições e prazos especiais acabam estimulando os sonegadores contumazes. Sabendo que, temporariamente, o governo dará vantagens aos que estão inadimplentes, os devedores esperam pelos programas e dão uma cara de legalidade a seus negócios, sem nunca acertarem as contas com a Previdência.

Na visão dele, a situação é “estapafúrdia”, pois torna a sonegação um “excelente negócio” e fragiliza o caixa da Seguridade Social. A punição, de acordo com ele, acaba recaíndo sobre o trabalhador, vítima de constantes reformas.

O presidente do Sindifisco Nacional ressaltou ainda ser preciso considerar, no debate da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, outro fator fundamental: os graves prejuízos para

o caixa previdenciário causados pelas desonerações tributárias realizadas ao longo do governo de Dilma Rousseff. Pelos cálculos dos auditores, o governo abriu mão de R\$ 88 bilhões de arrecadação da contribuição sobre a folha de pagamento e de R\$ 144 bilhões na arrecadação do PIS/Pasep e Cofins, receitas que também integram o caixa previdenciário. Assim, no total, o impacto na Seguridade Social chegou a R\$ 232 bilhões. “E o

aquecimento da economia? E a garantia de empregos? Não só não ocorreu como mergulhamos na maior crise econômica e no maior índice de desemprego da nossa história”, enfatizou.

Para Damasceno, as questões estão marginalizadas ou esquecidas no debate feito até o momento em relação às mudanças na Previdência e novas reformas serão necessárias se os dois problemas não forem considerados.

Mudança de rota

Para tentar facilitar a aprovação da reforma da Previdência, o governo negociou mudanças no texto original

| | COMO ERA | COMO FICOU |
|---|--|--|
| Idade mínima | 65 anos para ambos os sexos | 65 anos para homem e 62 anos para mulher |
| Tempo de contribuição | 49 anos para o recebimento integral da aposentadoria | 40 anos para o recebimento integral da aposentadoria |
| Regra de transição | incluía mulheres acima de 45 anos e homens acima de 50 anos com pedágio de 50% sobre o tempo de contribuição restante para se aposentar | mulheres acima de 53 anos e homens acima de 55 anos deverão pagar pedágio de 30% do tempo de contribuição que falta para cumprir as regras atuais e a partir de 1º de janeiro de 2020, a idade mínima começará a subir escalonadamente um ano a cada dois anos |
| Benefício da Prestação Continuada | idade mínima prevista de 70 anos | 68 anos após a transição e benefício vinculado ao salário mínimo |
| Acúmulo de aposentadoria ou pensão | estava proibido | o acúmulo de vencimentos será permitido no valor de até dois salários mínimos ou possibilidade de optar pelo benefício de valor maior que dois salários mínimos |
| Aposentadorias rurais | idade mínima de 65 anos para ambos os sexos | para homens, a idade mínima é de 60 anos e para mulheres, 57 anos |
| Expectativa de sobrevivência | o texto original previa dispositivo para elevar automaticamente a idade mínima de aposentadoria a cada vez que a expectativa de sobrevivência do brasileiro subisse. | uma nova lei vai definir como será o aumento da idade mínima |

Casos polêmicos

Como ficou o parecer do relator da reforma da Previdência para aposentadoria de algumas categorias



Policiais federais

Idade mínima de 55 anos com contribuição de 30 anos para homens e de 25 anos para mulheres, com 20 anos em atividade policial (regras permanentes estarão previstas em outra legislação). Quem entrou no serviço público até 2013 terá a integralidade do benefício



Professores

Idade mínima de 60 anos com tempo mínimo de contribuição de 25 anos ao fim da transição em casos de dedicação exclusiva aos ensinos infantil, fundamental ou médio



Parlamentares federais

Os eleitos após a promulgação da reforma passam a fazer parte do Regime Geral. Haverá transição para os demais nos três níveis com idade mínima de 55 anos para mulheres e 60 para homens



Maia: impossibilidade de aposentadoria abaixo dos 55 anos

Governo aposta na transição

Depois dos ajustes do governo na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, o deputado federal Arthur Maia (PPS-BA), relator do projeto, acredita que o Congresso dará o aval à reforma. A expectativa é de que a matéria seja votada ainda na primeira quinzena de maio na Comissão Especial e, em seguida, siga ao plenário.

Maia elencou cinco pontos ajustados considerados significativos para garantir a aprovação. A regra de transição para todas as categorias foi uma delas. O texto original da proposta de emenda constitucional previa que um homem com 50 anos de idade ou mais e as mulheres a partir de 45 anos pagariam pedágio de 50% sobre o tempo que faltava para se aposentar. Isso, segundo o deputado, provocava uma grande diferença entre idades próximas.

Com a alteração, o pedágio caiu para 30% em relação a homens e mulheres, com idade mínima de 53 para elas e de 55 anos para eles. Para servidor público, as idades mínimas são de 57 e 60, respectivamente. “Não podemos mais imaginar as pessoas se aposentando com menos de 60 anos.”

Para o relator, é preciso corrigir distorções. Os brasileiros estão vivendo mais, portanto, um trabalhador não pode ficar longe do mercado de trabalho com menos de 55 anos. O custo das

aposentadorias precoces é altíssimo e contribui para um aumento do deficit do sistema. Pior: no Brasil, apenas trabalhadores de classes mais altas se aposentam por tempo de contribuição. Os mais pobres só conseguem o benefício por idade: um salário mínimo por mês.

A segunda mudança feita na PEC da Previdência diz respeito à aposentadoria do trabalhador rural da agricultura familiar, que passou de 65 anos de idade e 25 anos de contribuição para os 60 anos de idade — mantendo o tempo de contribuição atual de 15 anos. Nesse caso, segundo Maia, está previsto que a classe pagará a contribuição previdenciária individual e não mais coletiva.

A regra vigente prevê o pagamento de 2,1% sobre a produção rural anual, mas, segundo o deputado, o sistema é passível de fraudes. Dados de 2016 mostram que foram gastos R\$ 103 bilhões em aposentadorias e pensões rurais, enquanto a contribuição do agricultor chegou a R\$ 86 milhões — nem 1% do que foi pago. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) computou a existência de 6,2 milhões de trabalhadores rurais da agricultura familiar com mais de 60 anos e 9,5 milhões de pessoas aposentadas nessas condições. “Obviamente, existe uma fraude que precisa ser combatida”, observou o parlamentar.

As exceções serão avaliadas

Relator da reforma da Previdência, o deputado Arthur Maia (PPS-BA) ressaltou que foi acertada a decisão de se manter, no relatório avaliado pelo Congresso, a vinculação do pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ao salário mínimo. O BPC atende a população idosa mais pobre e os deficientes. A idade para o recebimento da assistência, no entanto, subiu para 68 anos.

Em relação aos policiais, Maia garantiu a aposentadoria com

idade mínima de 55 anos — com 20 anos de atividade — e tempo de contribuição mínimo de 30 anos para homens e de 25 para mulheres, sem direito à integralidade salarial — válido somente para quem ingressou na carreira até 2003 — e à paridade — recebimento de reajuste dos benefícios de acordo com o pessoal da ativa. As regras permanentes de aposentadoria serão definidas numa legislação posterior e terão como referência a reforma previdenciária

dos militares, a ser enviada ao Congresso neste semestre.

Para os professores, outra categoria com direito à aposentadoria especial, a idade mínima será de 55 e a máxima de 60 anos, com tempo de contribuição de 30 anos para homens e de 25 para mulheres. O pedágio será de 30% sobre o tempo restante para se aposentar e a integralidade do benefício vem para quem ingressou na carreira até 2003 e atingiu os 60 anos.

O acúmulo de aposentadoria e

pensão também sofreu ajustes. Antes proibido no texto do governo, passa a ser permitido para quem ganha até dois salários mínimos. A diferenciação de idade mínima entre mulheres e homens foi outro ponto alterado, com a redução de 65 para 62 anos, no caso delas. O cálculo da aposentadoria, segundo Maia, prevê o pagamento integral do benefício após 40 anos de contribuição, com idade mínima de 65 anos para homens e de 62 anos para mulheres.



Na defesa do servidor civil

Auditora do TCU, Lucieni Pereira avalia que o funcionário não militar será o mais prejudicado com as mudanças na aposentadoria. Ela reclama de falta de transparência em relação às despesas públicas

O servidor público civil será o maior prejudicado pela reforma da Previdência que está em tramitação no Congresso. A afirmação é de Lucieni Pereira, auditora federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU). “Os militares, por exemplo, ficaram fora do projeto”, disse, durante seminário no **Correio** sobre o tema. “Novamente, o servidor público civil é o único alvo da reforma previdenciária quando se debatem os gastos da União com funcionários aposentados e pensionistas.”

De acordo com Lucieni, não está havendo transparência em relação às despesas do setor público. “Não venho aqui para pregar que não se deve fazer a reforma da Previdência, mas a gente tem de ter clareza do que está sendo discutido. O texto se restringe ao servidor federal civil aposentado quando se fala em contas da União”, ressaltou, defendendo maior debate sobre a amplitude da reforma.

Conforme dados do Tesouro Nacional, as aposentadorias e pensões do servidor público federal geraram à União um déficit de R\$ 77,2 bilhões em 2016. Esse número, porém, é contestado por Lucieni. Para provar que o maior peso não se refere ao funcionário civil, a técnica abriu os números do governo. Ela mostrou que os benefícios de 689 mil servidores civis resultam num rombo de R\$ 33,3 bilhões, o equivalente a R\$ 48,8 mil por benefício ao ano, enquanto as aposentadorias e pensões de 300 mil militares somam R\$ 34 bilhões, ou R\$ 113,4 mil por benefício ao ano.

“O custo do militar e dos aposentados e pensionistas do Distrito Federal a cargo da União é muito maior do que o alvo da reforma da Previdência. Isso tem que ser dito à sociedade. Eu não posso

fazer um debate achando que essa reforma se destina a R\$ 77,2 bilhões, pois não é verdade”, rebateu. “Quem apresenta o número dessa forma ou não está compreendendo bem as finanças e a ordem jurídica ou não está sendo transparente.”

Para a auditora, há, nesses dados, uma importante discrepância a ser corrigida. A União arca com o Fundo Constitucional do DF, que paga as aposentadorias e pensões de 49,1 mil servidores das áreas de educação, saúde e segurança pública. O déficit dessa conta chega a R\$ 4,2 bilhões por ano, o que representa R\$ 85,5 mil anuais por benefício. Segundo Lucieni, apesar de a União assumir essa



VIDEO no tablet e no site do CORREIO

despesa, as contribuições previdenciárias descontadas do funcionário distrital não vão para o Executivo federal e, sim, para o caixa do GDF, gerando outro impacto no cofre da Previdência. “É uma excrecência que se perpetua por alguns anos. O custo das aposentadorias e pensões do DF é maior que o do Judiciário, do TCU (Tribunal de Contas da União) e do MPU (Ministério Público da União)”, afirmou.

Segundo Lucieni, a União segue rigorosamente a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) no que diz respeito às despesas com pessoal, que se mantêm estáveis em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Dados de 2015 mostram que o Executivo federal, em nenhum momento desde de 2002, chegou perto do limite de 50% da receita corrente líquida imposta pela LRF, incluídos gastos com servidores ativos, aposentados e pensionistas. Em 2002, a despesa ficou em 31,88% do total das receitas correntes líquidas, e, em 2015, atingiu 32,32%.

Lava-Jato

Lucieni Pereira, auditora federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU), destacou que o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), magistrados e juristas reconhecem a necessidade de haver tratamento diferenciado entre servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada, porque o regime jurídico não é o mesmo. “É falacioso e rasteiro os discursos de que tem que aproximar o servidor público do empregado do setor privado. É preciso olhar para plano de benefícios de procuradores e magistrados, de quem vai fazer a Lava-Jato do futuro”, frisou.



Entre as críticas de Lucieni está o fato de a União arcar com as aposentadorias e pensões de servidores do Distrito Federal

Aposentadorias e pensões

Compare os valores médios de benefícios pagos pelo governo federal
Dados de 2016

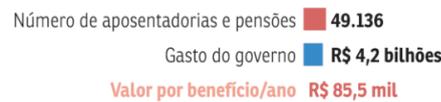
Servidor civil federal



Servidor militar federal

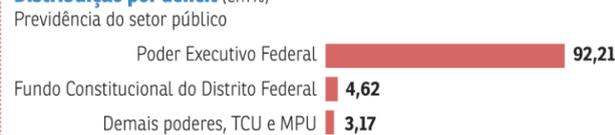


Servidor distrital*



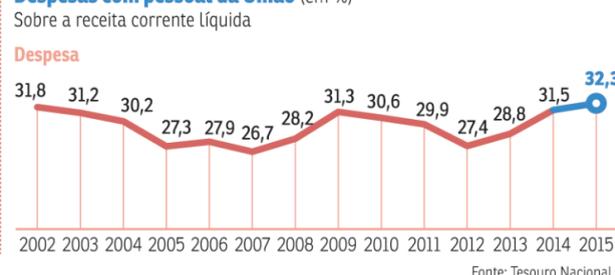
* Servidores das áreas de Saúde, Educação e Segurança.

Distribuição por déficit (em %)



Fonte: Tesouro Nacional

Despesas com pessoal da União (em %)



Entidades devem ir ao STF, orienta advogado

O advogado Cláudio Farág aponta como inconstitucionais as mudanças que o governo busca na Previdência. Na opinião dele, as entidades de defesa do serviço público devem recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) a fim de paralisar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) no Congresso. De acordo com o defensor, diante das diferenças que estão sendo estabelecidas nas regras para a aposentadoria poderá haver uma grande judicialização da Previdência. Cada grupo que se sentir prejudicado pedirá equiparação a outro mais favorecido.

No caso dos servidores, a proposta de reforma do governo prevê aposentadoria aos 65 anos para homens e de 62 anos para mulheres, desde que tenham contribuição mínima de 25 anos. Não haverá garantia de integralidade nem de paridade com os salários de funcionários que estão na ativa para aqueles que entraram no serviço público a partir de 2003. O salário integral só será pago para os servidores que tiverem pelo menos 35 anos de contribuição. As entidades de classe estão se movimentando no Congresso com o objetivo de garantir a integralidade e a paridade, mas o governo resiste em ceder.

De acordo com Farág, a reforma da Previdência já começou

errada, devido à falta de transparência nas discussões. Ele afirmou que o governo mente ao dizer que há déficit no sistema previdenciário, sobretudo no regime próprio dos servidores (RPPS). O Executivo fala num rombo de R\$ 77 bilhões por ano com pouco mais de 1 milhão de beneficiários. Esse buraco, porém, não existe, na opinião dele, já que o governo não cumpre a sua parte ao recolher os 20% de contribuição sobre a folha de salários. Os servidores pagam 11% do salário bruto para o sistema. “A União é uma grande sonegadora e omite o quanto deixou de contribuir”, acusou.

Confisco

Segundo o advogado, a Previdência Social necessita de fundamento para ter regras justas. Isso não quer dizer que os sistemas que atendem os trabalhadores do setor público e do setor privado devem ser unificados, como chegou a propor o governo logo no início do debate sobre a reforma. “A unificação dos regimes é cruel. Como podem exigir um mesmo tempo de contribuição para um pedreiro que não tem emprego fixo e para um servidor público com estabilidade?”, questionou.

Por isso, destacou Farág, o debate sobre a proposta de mudança deve ser amplo. Não se deve



Farág estima que mudanças na aposentadoria de servidores provocarão disputas judiciais

impor a vontade de um grupo que se apresenta como dono da verdade. Para ele, a equipe econômica apresenta números que não correspondem à realidade.

Pelos cálculos do Tesouro Nacional, somente nos primeiros três meses deste ano, a Previdência registrou déficit de R\$ 40 bilhões, 38% a mais que no

mesmo período de 2016.

Farág declarou ainda que o servidor público merece receber proporcionalmente ao que contribuiu. “Ninguém quer benefício

assistencial, quer a aposentadoria a que tem direito e, com a reforma, não vai receber o correspondente ao que pagou. Isso é confisco”, concluiu.

“A unificação dos regimes é cruel. Como podem exigir um mesmo tempo de contribuição para um pedreiro que não tem emprego fixo e para um servidor público com estabilidade?”

Cláudio Farág, advogado

“CLT não deveria mudar”

A opinião é de Mário Pereira Pinho Filho, auditor fiscal da Receita. Na visão dele, a reforma trabalhista deve diminuir a arrecadação do INSS e tem sido justificada com pesquisas e números equivocados

A reforma trabalhista aprovada no plenário da Câmara dos Deputados afetará diretamente o caixa da Previdência Social. O alerta é do auditor fiscal da Receita Federal Mário Pereira Pinho Filho. Para ele, é incoerente a decisão do governo federal de alterar as regras previdenciárias e, em contrapartida, aprovar mudanças da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que tendem a reduzir, drasticamente, a arrecadação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

“Há uma incoerência no conjunto de propostas econômicas do governo”, afirmou Pinho. Segundo ele, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, da reforma da Previdência, não é um fato isolado. “Faz parte de um conjunto de propostas da política econômica que tem um objetivo mais amplo. Aí estão inseridas a emenda constitucional nº 95/2016, do teto dos gastos públicos, e a reforma trabalhista, que é um grande problema”, observou.

O texto da reforma trabalhista, explicou o auditor, permite que qualquer microempreendedor individual (MEI) preste serviços terceirizados a empresas. “Na prática, isso representa a pejotização do trabalhador celetista. Em relação à contribuição previdenciária, esse trabalhador, que contribuiria com, no mínimo, 32% da remuneração, passará a recolher somente 5% sobre um salário mínimo”, destacou. Como exemplo, Pinho citou o caso de um empregado celetista com salário de R\$ 3 mil. O recolhimento da contribuição previdenciária paga pelo funcionário e pela empresa seria de R\$ 960. Como microempreendedor, o recolhimento cairia para R\$ 46,85.

Na avaliação de Pinho, outro fator que pode impactar nas contas da Previdência é a Lei nº 13.429 de 2017, a Lei da Terceirização, sancionada no mês passado pelo presidente Michel Temer. A experiência dele diz que,



“Não há como considerar economias como Noruega, Estados Unidos, Suíça, Austrália e Alemanha para respaldar a alteração do modelo previdenciário brasileiro”

Mário Pereira Pinho Filho, auditor fiscal da Receita

tanto na fiscalização de empresas quanto no julgamento de recursos administrativos de natureza tributária, a terceirização é uma porta aberta para a sonegação. “Tudo isso demonstra que, longe de se preocupar com o equilíbrio das contas, a intenção do governo não é outra que não seja a de reduzir direitos dos trabalhadores e direcionar os valores despendidos com benefícios para outros setores, como o pagamento dos juros da dívida pública”, frisou.

Equívocos

Em relação ao texto da reforma da Previdência, ainda em discussão na Comissão Especial

da Câmara, o auditor questionou o fato de o governo utilizar o estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa projetada, para 2060, redução da população economicamente ativa e crescimento significativo do número de idosos do país. Ele contesta o modelo atuarial inserido na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, que aponta a necessidade de financiamento para o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) em 2060 de cerca de 11,14% do Produto Interno Bruto (PIB).

“Querer fazer uma projeção e considerar como uma expressão inexorável da realidade parece algo bastante pretensioso. Eu

diria que beira a arrogância se basear em dados como esses para alarmar a população com afirmações de que, caso a reforma não seja aprovada nos termos apresentados pelo governo, o país não terá como honrar os benefícios”, afirmou. O discurso do Palácio do Planalto é de que, com o teto dos gastos e sem mudanças no sistema previdenciário, as despesas com aposentadorias e pensões consumirão 100% das receitas nos próximos anos, transformando a União em um “Rio de Janeiro”,

► O problema do “dois mais dois”

Na avaliação do auditor fiscal da Receita Federal Mário Pereira Pinho Filho, o governo deveria trabalhar com o Orçamento Geral da União (OGU) e levar em conta as despesas com o pagamento do serviço da dívida pública, que representaram 42,43% das receitas. Para ele, “nem sempre dois mais dois são quatro”, quando se refere aos dados informados pelo ministro do Planejamento, Dyogo de Oliveira, que, para justificar a necessidade de reforma da Previdência, apresentou apenas as despesas primárias, sem considerar a totalidade do orçamento, para estimar o impacto da Previdência nas contas públicas. “Esses números me deixam estarelecido porque eu sei, com certeza, que não são verdadeiros”, disse. Segundo o auditor, estão de fora dos cálculos do ministro, por exemplo, a Desvinculação de Receitas da União (DRU), instrumento que permite ao governo usar 30% da arrecadação da forma como quiser.

que deu calote nos pensionistas.

Para Pinho Filho, outro equívoco do governo é usar dados demográficos comparativos com diversos países desenvolvidos para sustentar a reforma da Previdência. No entender dele, são nações com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e baixa taxa de desigualdade social. “Não há como considerar economias como Noruega, Estados Unidos, Suíça, Austrália e Alemanha para respaldar a alteração do modelo previdenciário brasileiro. Trata-se de países de alto nível de desenvolvimento, além de uma desigualdade social muito inferior à nossa e expectativa de vida muito superior”, observou.

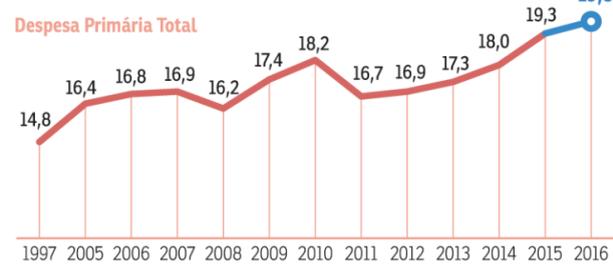


VÍDEO no tablet e no site do CORREIO

Tamanho da fatura

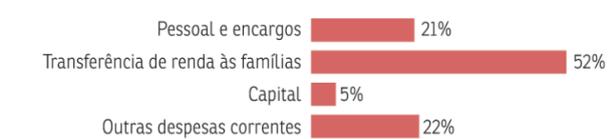
Custeio da máquina, gasto com pessoal e pagamento da dívida pública inviabilizam investimento e crescimento do país

Evolução dos gastos (em % do PIB)



Fonte: Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional

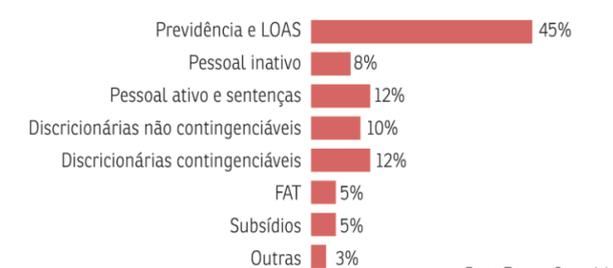
Como o governo gasta



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI

Orçamento amarrado

Segundo o governo, 88% das despesas são obrigatórias



Fonte: Tesouro Gerencial

Pela retomada do crescimento

A reforma da Previdência possibilitará a redução das taxas de juros, além de incentivar a entrada de investimentos no país, fundamentais para a retomada do crescimento econômico. Para Arnaldo Lima, assessor especial do Ministério do Planejamento, quanto mais o Brasil adiar as mudanças no sistema previdenciário, mais distante ficará a retomada da atividade produtiva. “Quanto maior for a dívida pública, maiores serão as taxas de juros e, conseqüentemente, menor o crescimento econômico. A reforma da Previdência permite que se coloque o desenvolvimento e os empregos nos trilhos”, afirmou.

Hoje, segundo Lima, o governo é obrigado a recorrer ao mercado para se financiar, com o intuito de cobrir o rombo recorde nas contas públicas. Apenas no primeiro trimestre, o buraco do governo central — Tesouro, Banco Central e Previdência — chegou a R\$ 18,3 bilhões, recorde para o período. Diante dos números, os investidores exigem juros enormes para comprar títulos públicos. A situação, no entanto, é insustentável. Foi o risco de o país se tornar insolvente que levou as agências de classificação de risco a retirarem o selo de bom pagador do Brasil.

De acordo com Lima, as despesas previdenciárias duplicaram em 20 anos. “De 1997 a 2016, independentemente do ciclo político e econômico, os gastos com a Previdência passaram de 4,9% para 8,1% do PIB”, disse. A situação gerou o endividamento brasileiro, um dos maiores do mundo. Mais de 70% das riquezas produzidas pelo país estão comprometidas com dívidas. Em outros países emergentes, o número é de 50%.



Arnaldo Lima aponta risco do crescimento da dívida brasileira sem a reforma previdenciária

Militares

Assessor especial do Ministério do Planejamento, Arnaldo Lima disse que a inclusão dos militares na reforma da Previdência é questão de tempo. Ele afirmou que há um grupo de trabalho responsável por discutir as alterações específicas para as Forças Armadas. A proposta ao Congresso Nacional deverá ser enviada ao Congresso Nacional até junho. Segundo o técnico, os militares não têm Previdência e, sim, um regime protetivo, a exemplo de todos os países da América Latina, com exceção da Costa Rica, que não possui Exército.

Não é só. Lima destacou que o Orçamento da União está quase integralmente comprometido. “Não é possível manejar o Orçamento com 80% de despesas obrigatórias”, afirmou. Isso reforça, na avaliação dele, a urgência de se aprovar a reforma da Previdência para evitar que as despesas com aposentadorias e pensões inviabilizem o governo. “É preciso proteger os idosos cada vez mais, mas também garantir recursos para investir na infância, por exemplo.”

O assessor do Planejamento defendeu que a nova diretriz para as contas públicas adotada pelo governo, que limita o crescimento das despesas à inflação do ano anterior (teto dos gastos), é um importante passo para a sustentabilidade da política fiscal. Outra

medida indispensável a fim de recuperar a estabilidade das contas públicas de modo duradouro é o aperfeiçoamento do regime previdenciário à luz dos desafios impostos pelo envelhecimento populacional. “Essas medidas darão o espaço necessário para administrar a política fiscal, de modo a angariar a retomada da confiança dos agentes econômicos e permitir que outras reformas estruturantes comecem a produzir seus efeitos”, frisou. Não fazer uma reforma da Previdência, segundo ele, não é uma opção. E determina: reforma previdenciária boa é aquela que é aprovada.



VÍDEO no tablet e no site do CORREIO

Mudança inevitável

Secretário ressalta que rombo do INSS aumentará 26% entre 2016 e 2017 e que reforma evitará o pior

O envelhecimento da população brasileira ocorre de forma muito rápida e esse movimento exige ações enérgicas do governo para evitar que, num futuro próximo, aposentados e pensionistas fiquem sem receber seus benefícios. O alerta foi feito pelo secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano, para quem a reforma da Previdência Social é mais do que urgente, é inevitável.

Ele ressaltou que, somente entre 2016 e 2017, o rombo no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) aumentará 26%, saltando de R\$ 150 bilhões para R\$ 189 bilhões. Quando somado o déficit do regime que paga aposentadorias e pensões aos servidores públicos, o buraco passará, neste ano, de R\$ 250 bilhões. Diante desses números, Caetano foi taxativo: “O envelhecimento da população vai criar problemas para o financiamento da Previdência”.

O secretário acredita que as propostas de mudanças no sistema previdenciário feitas pelo governo, se aprovadas pelo Congresso, darão uma boa sobrevida ao regime, mesmo que os déficits

permaneçam. Pelos cálculos dele, as alterações feitas pelo relator da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, Arthur Maia (PPS-BA), resultarão em um impacto de 20% a 25% sobre os R\$ 800 bilhões de economia estimados inicialmente pelo governo.

O secretário acredita, no entanto, que o novo texto conseguiu manter os pontos principais da reforma elaborada pela equipe econômica como forma de estancar o rombo nas contas públicas e o crescimento vertiginoso da dívida federal. “O substitutivo do deputado Arthur Maia resulta em uma perda na economia prevista com a reforma, que ficou no limite. Mas muitas alterações foram ajustes que favorecem as classes mais baixas e estão em linha com o que se vê no mundo”, afirmou.

Deficit

Em resposta às afirmações de associações de classe de que a Previdência não tem déficit, uma vez que parte da arrecadação é desviada para bancar outras despesas que não sejam com aposentadorias e pensões, o secretário foi enfático: “Há déficit sim”.

Os recursos da seguridade social, segundo o governo, bancam, além da Previdência, despesas com saúde e educação. Se não fosse assim, faltaria dinheiro para investimentos nessas áreas essenciais.

Caetano destacou que a reforma proposta pelo governo garante direitos adquiridos. O que se está querendo com a reforma é evitar o pior. No discurso de tentar convencer a população sobre a necessidade das mudanças no sistema previdenciário, o governo está comparando o país ao Rio de Janeiro, que deu calote nos aposentados, e com a Grécia, país que quebrou por ter gastos muito superiores à arrecadação.

“O que estamos buscando com a reforma é um sistema mais equilibrado e justo”, assinalou o secretário. Ele destacou ainda que, se aprovada, a PEC 287 permitirá ao Banco Central acelerar o processo de redução da taxa básica de juros (Selic), que está em 11,25% ao ano. “O próprio Banco Central, nas atas (do Comitê de Política Monetária, Copom), tem expressado que a redução da taxa de juros está ligada à reforma da Previdência”, afirmou.

O substitutivo do deputado Arthur Maia resulta em uma perda na economia prevista com a reforma, que ficou no limite. Mas muitas alterações foram ajustes que favorecem as classes mais baixas e estão em linha com o que se vê no mundo”

Marcelo Caetano, secretário de Previdência

Sacrifício tem de ser proporcional

A reforma da Previdência é inevitável e necessária, não só em função de situações conjunturais, como a recessão econômica e o alto desemprego, mas também por causa das mudanças na pirâmide demográfica do país. É o que acredita o diretor de Documentação do Departamento Interministerial de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Augusto de Queiroz. Ele, no entanto, chama a atenção para o fato de a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 ser a mais profunda e abrangente reforma depois da Constituição de 1988.

A garantia da manutenção dos direitos adquiridos e da expectativa de direitos, para ele, são condições para mexer nas regras previdenciárias. “Não há nenhuma dúvida da necessidade de se fazer o equilíbrio das contas públicas, mas esse sacrifício tem que ser proporcional à capacidade contributiva de cada um”, observou Queiroz. Como os principais pilares da Previdência, a idade mínima e o tempo de contribuição, estão sendo

EXPECTATIVA
76%

dos aposentados por idade hoje não estariam aposentados se a reforma estivesse em vigor

alterados, é preciso tomar cuidado para evitar injustiças.

“Essas alterações afetam a vida de milhares de trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público e ocorrem em prejuízo do segurado”, disse o diretor do Diap, ao destacar que as concessões feitas no texto em relação à idade mínima tiveram como contrapartida a redução do valor do benefício. Quem se aposentar pelo tempo de contribuição e idade mínima receberia 76% do valor. Com a reforma, será 70% do salário.

Para evitar distorções, Queiroz defende que a PEC 287 priorize

quem estiver ingressando no serviço público e no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). “Tem que ser para o futuro, podendo alcançar os atuais, mas respeitando o direito acumulado, graduando a expectativa de direito de tal modo que não haja muito prejuízo para aqueles que fizeram um pacto ao ingressar no serviço público ou aderir ao INSS na expectativa de que teriam direito”, ressaltou.

Ao comentar a exigência de 40 anos de contribuição para aposentadoria integral, o diretor do Diap afirmou que, no Regime Geral, o trabalhador passa, em média, três meses desempregado por ano, gerando um vácuo no tempo de contribuição. Outra preocupação é o fato de que, segundo o INSS, a maior parte dos aposentados, cerca de 76%, são por idade e não conseguem chegar ao tempo de contribuição. “Significa dizer que 76% dos aposentados por idade hoje não estariam aposentados se essa regra estivesse em vigor”, explicou.



Antônio Queiroz: alterações afetam a vida de milhares de trabalhadores

Discussão requer cuidado

A Previdência Social tem um papel importante para o desenvolvimento econômico e social do país e, por isso, o debate sobre a reforma da seguridade social requer cuidado e deve passar pela discussão do papel do estado brasileiro, partindo do pressuposto de que nenhum trabalhador ficará desprotegido. A opinião é do diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Clemente Ganz, que criticou a forma como o governo está promovendo as reformas no país. Para ele, é preciso desinterditar o debate, mudar a gestão e envolver também a reforma tributária.

“Se não tomarmos cuidado, esse debate iluminado dará em uma nova guerra, porque nós esquecemos que há uma história, a da

construção social de acordos políticos”, disse, ao enfatizar que a Constituição de 1988 foi o último grande pacto político firmado no país. “Neste momento, o Brasil vive uma gravíssima crise em relação à Previdência Social provocada pela queda na arrecadação de impostos e contribuições e pela redução de direitos. “A reforma da previdência virou gato manso. A reforma trabalhista é mil vezes pior, pois altera todo o sistema de re-

lação de trabalho. Nós estamos jogando fora quase 100 anos de luta social e de acordo político por uma medida irresponsável”, observou. O debate orçamentário da reforma previdenciária deve ser claro, envolvendo, por exemplo, a



Desvinculação de Receitas da União (DRU). Ganz considera que a discussão feita até agora está enviesada e deve incluir, de forma mais ativa, a sociedade. “O efeito multiplicador dessas políticas de proteção e as políticas de saúde e

educação são muitas vezes mais intensas do que muito investimento. Experiências históricas mostram que os países que fizeram essa opção conduziram sua trajetória de desenvolvimento ao fracasso”, disse.

O efeito multiplicador dessas políticas de proteção e as políticas de saúde e educação são muitas vezes mais intensas do que muito investimento”

Clemente Ganz, diretor técnico do Dieese

Para Ganz, o modelo de projeção demográfica utilizado pelo governo para fazer a reforma previdenciária é muito limitado. A idade média do brasileiro está, pelos cálculos do Ministério do Planejamento, em 83 anos. O Dieese, no entanto, avalia que o país atingiu o ápice da taxa de crescimento do envelhecimento da população e que, daqui para frente, vai estabilizar. “A projeção do governo não é a única, nós temos três cenários que dão resultados muito diferentes. Mas a do governo tem a pior receita com a maior despesa”, afirmou.

O diretor do Dieese defendeu, no caso da Previdência, a criação de um método de discussão permanente mediante um instrumento de projeção atuarial que tem que observar o comportamento e a dinâmica do mercado de trabalho, o crescimento populacional e a avaliação das receitas, contabilizando os impactos socioeconômicos para fazer as apostas para o futuro. Isso, na visão dele, poderá garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário.



Chance de aumentar benefício

Previdência complementar pode garantir aposentadoria maior ao trabalhador do que os salários recebidos na ativa, diz especialista

Da forma como está colocada, a reforma da Previdência Social dará oportunidades para o fortalecimento do sistema de previdência privada, inclusive com a possibilidade de os trabalhadores se aposentarem com benefícios superiores aos salários da ativa. Essa perspectiva, na opinião de Fábio Coelho — diretor superintendente substituto da Superintendência Nacional de Previdência Privada (Previc) —, vale tanto para os servidores públicos quanto para aqueles que trabalham na iniciativa privada.

“Dependendo das contribuições à previdência complementar, a capitalização dos recursos poderá resultar num benefício superior ao que o trabalhador recebia até sair do mercado”, disse Coelho. Ele citou como exemplo o caso de um servidor que entrou no serviço público depois de 2013, com direito a aposentadoria paga pelo governo limitada ao teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de R\$ 5.531. “Se esse servidor entrar para um fundo de previdência, pode ter

aposentadoria de até R\$ 10 mil”, acrescentou.

O dirigente da Previc destacou também que, no caso das pensões, os valores dos benefícios podem ser, proporcionalmente, maiores. Pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que está em análise no Congresso, a viúva ou o viúvo terá direito a 50% da aposentadoria, e os demais dependentes, 10% cada um, limitado a 100%. Há, segundo Coelho, fundações de previdência privada que garantem pensões equivalentes a 70% do benefício que vinha sendo pago. “É um seguro que está embutido no pacote da previdência complementar”, frisou. Cada fundo de pensão tem, porém, regras próprias. E isso deve ser observado pela pessoa na hora de contratar um plano.

Fiscalização

Coelho explicou que a previdência complementar funciona como um sistema de capitalização. Quanto mais o trabalhador contribui, maior será o complemento da aposentadoria. As poupanças são individuais, ou seja,



Diretor superintendente da Previc, Fábio Coelho vê oportunidades nas mudanças propostas para o sistema previdenciário

R\$ 800 bilhões

Valor administrado por 307 fundações de previdência complementar

dentro de todo o bolo, cada pessoa tem direito a uma fatia de acordo com o que contribuiu. Nos planos atuais, segundo o chefe da Previc, não há como existir déficit, uma vez que o valor final a ser pago pela fundação corresponde ao saldo que se construiu ao longo de anos de contribuição. É o que o mercado chama de contribuição definida.

Nos planos antigos, os de benefício definido, o risco de haver déficit é real. Isso está acontecendo em vários fundos de pensão, como os de empregados da Caixa Econômica Federal (Funcef), da Petrobras (Petros) e dos Correios (Postalis). Por má gestão e aparelhamento político, as fundações fizeram péssimos negócios e acumulam, respectivamente, rombos

de R\$ 18 bilhões, R\$ 27,3 bilhões e R\$ 6 bilhões. Esses buracos serão cobertos por trabalhadores e pelas empresas estatais. Os carteiros, por exemplo, terão que pagar uma taxa extra ao longo de 23 anos. Os funcionários da Caixa, por 17 anos.

Esses problemas, no entanto, são casos isolados, afirmou Coelho. Ele garantiu que o sistema fechado de previdência complementar está sólido e é muito bem regulado. Na avaliação do diretor superintendente, porém, a fiscalização não depende apenas do governo. É preciso que prevaleça a autorregulação. As fundações devem escolher bem seus dirigentes, fazer as aplicações corretas dos recursos poupados pelos trabalhadores e serem transparentes.

Aos participantes, que têm direito de indicar representantes para a diretoria, cabe acompanhar todas as decisões e questionar o que consideram equivocado.

Coelho ressaltou que, como qualquer sistema, sempre é possível fazer ajustes. E a autarquia tem procurado manter um contato muito próximo com o mercado. São 307 fundações atuando no país, administrando 1.137 planos, com patrimônio de quase R\$ 800 bilhões. O equivalente a 12,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Os fundos de pensão investem, principalmente, em títulos da dívida pública. Parte do patrimônio de 7,2 milhões de assistidos pode ir para o mercado de ações, para a compra de imóveis e para empréstimos aos participantes.

Mudanças estimulam adesão ao Funpresp



Ricardo Pena: permissão para transferência do regime fechado ao aberto pode ser prejudicial

O texto da reforma da Previdência, em discussão na Câmara dos Deputados, tem preocupado os servidores civis, mas as mudanças propostas pelo governo podem ser um estímulo à adesão ao sistema de previdência complementar no serviço público. Na avaliação do diretor presidente da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Ricardo Pena, diante da possibilidade de o funcionário se aposentar com um benefício menor, o interesse por garantir a remuneração integral da ativa deve incentivar contribuições ao fundo. Ele ressaltou que uma nova janela foi aberta para a migração ao Funpresp-Exe dos servidores que estão no Regime Próprio (RPPS). Esse prazo vai até julho do ano que vem.

Com a política de investimento regulada pela Superintendência Nacional de Previdência Com-

plementar (Previc), o Funpresp-Exe é uma entidade fechada de natureza pública e conta com gestão compartilhada com os servidores, que participam dos órgãos decisórios. Não há cobrança de taxa de administração. Nos últimos meses, funcionários da Advocacia-Geral da União (AGU), da Receita Federal, do Banco Central, da Câmara e do Senado procuraram a fundação.

Alerta

Para Pena, há um alerta a ser feito sobre a proposta de reforma: a permissão para a transferência da gestão dos planos de regime fechado para o aberto. Os planos fechados de previdência são administrados por empresas e órgãos públicos em benefício dos servidores. Já os de previdência privada aberta são comercializados por bancos e seguradoras.

Na opinião do técnico, pode haver prejuízos nessa transferência. “Servidores participam das gestões, estão no comitê e na governança. Agora (com o que prevê a reforma), tudo isso vai para os bancos, que não prestam conta, não sentam para decidir. Normalmente, o dinheiro fica investido a curto prazo, a valores menores”, analisou. “Nosso modelo preserva a gestão e a rentabilidade. Cobra o custo uma vez, enquanto a previdência privada exige taxa de administração todo ano.”

Outra vantagem do Funpresp-Exe é ser um plano de contribuição definida, em que o servidor pode acompanhar os investimentos e tem conta individualizada. “Estamos introduzindo um mecanismo pelo qual o servidor poderá escolher o seu perfil de poupador. É uma medida para tirar interferências de indicações políticas”, disse.

Regra “extrema” preocupa

A regra de transição para aposentadoria do servidor público, prevista no relatório da reforma da Previdência, preocupa o diretor de Seguridade da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), Edmilson Enedino das Chagas. Em tom de ironia, ele criticou a complexidade do sistema proposto pelo governo. “É muita criatividade, muita engenharia. A regra é extrema, desarrazoada, desproporcional. Cada servidor vai ter que ir à área de gestão de pessoas para descobrir o dia que poderá se aposentar, porque agora é um dia para um dia”, observou.

Nas últimas décadas, no histórico de reformas previdenciárias, foram adotadas pelo menos oito tipos de regras de transição, que alteraram o tempo de

contribuição e a idade mínima da aposentadoria. Segundo Edmilson, as mudanças previstas na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287 devem, no entanto, resguardar os funcionários que já passaram por mudanças para se aposentar.

Confiança

“Quando se fala em direito adquirido não se trata apenas disso, mas também de expectativa de direito. A relação de confiança que as pessoas têm no sistema deve prevalecer. A reforma (que tramita no Congresso) acaba com as regras de transição instituídas em outras mudanças. A meu ver, a transição deve acabar quando não houver mais interessados, pois se fez um pacto com aquela geração”, afirmou. O texto em

discussão põe fim à integralidade e à paridade das aposentadorias para aqueles que entraram no serviço público depois de 2003.

Ao avaliar o efeito da reforma previdenciária sobre os fundos de pensão, Edmilson fez um alerta para a permissão, incluída no texto, da transferência do regime fechado para o aberto. “Estados e municípios começarão a ser assediados por instituições financeiras para fazer uma previdência aberta, em que parte da rentabilidade, que deveria ficar para os servidores, será levada para os acionistas dos bancos e das empresas de seguro. E isso preocupa muito.”

Criado em 2012 como alternativa para os servidores públicos federais, o Funpresp-Jud conta com regime fechado, gestão compartilhada com os funcionários e conta individualizada.



Edmilson Chagas: PEC deveria resguardar direitos de quem já foi afetado por mudanças